Dez procuradores se inscrevem para concorrer à PGR por lista tríplice

Com dez nomes inscritos, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) encerrou nesta quarta-feira (15/5), o prazo para integrantes do Ministério Público se inscreverem como candidatos ao cargo de procurador-geral da República. A eleição da lista tríplice acontecerá no dia 18 de junho.

Nelson Jr. / SCO / STF

Mandato de Raquel Dodge termina em setembro.

O mandato da atual procuradora-geral, Raquel Dodge, acaba em setembro. Indicada para o cargo em 2017 pelo então presidente Michel Temer, Raquel Dodge poderá ser reconduzida para um novo mandato de dois anos mesmo sem ter se candidatado à lista da ANPR.

Após as eleições internas, em junho, os três nomes mais votados serão levados ao presidente Jair Bolsonaro (PSL), a quem a Constituição dá a prerrogativa de indicar o ocupante da cadeira.

Cabe ao presidente da República escolher, a cada dois anos, o procurador-geral da República. Ele não é obrigado a indicar um nome da lista tríplice.

Veja os procuradores que se candidataram:

- Antonio Carlos Fonseca Silva, subprocurador;
- Blal Dalloul, procurador regional;
- José Bonifácio Borges de Andrada, subprocurador;
- José Robalinho Cavalcanti, procurador regional;
- Lauro Cardoso, procurador regional da República;
- Luiza Frischeisen, subprocuradora;
- Mário Bonsaglia, subprocurador;
- Nívio de Freitas Silva Filho, subprocurador;
- Paulo Eduardo Bueno, subprocurador;
- Vladimir Aras, procurador regional da República

A comissão eleitoral responsável pela supervisão e pela apuração do pleito é composta pelos

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

subprocuradores-gerais da República Antônio Carlos Pessoa Lins, Sady D’Assumpção Torres Filho e Osnir Belice. Os candidatos farão o primeiro debate público na sede da Procuradoria Regional da República no Pará, em Belém, na segunda-feira (20/5), às 15h.

A lista tríplice é tradicionalmente promovida pela ANPR desde 2001 e já se tornou um costume constitucional. A associação entende que "o instrumento, seguido por todos os outros Ministérios Públicos do país, é essencial para a promoção da democracia e, principalmente, para a manutenção da independência da instituição".

Date Created
15/05/2019

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.